



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

**AUTÓGRAFO Nº 3866/2025**  
**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 542/2025**  
**AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O USO DE BEM PÚBLICO AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/PB E AO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a título gratuito, o uso de área pública localizada na Praça Venâncio Neiva, incluindo o Pavilhão do Chá, no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/PB e ao Serviço Social do Comércio – SESC/PB, entidades privadas sem fins lucrativos e de interesse público, para fins de revitalização da referida praça e instalação e operação de café e restaurante escola.

**§ 1º** A área objeto da concessão será definida conforme planta e memorial descritivo anexos ao respectivo Termo de Concessão de Uso, a ser firmado entre o Município e as entidades concessionárias.

**§ 2º** A concessão de uso será formalizada mediante Termo de Concessão, disciplinando as condições, obrigações e prazos, nos termos desta Lei e da legislação aplicável.

**Art. 2º** A concessão terá prazo inicial de até 30 (trinta) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, desde que preservado o interesse público e atendidas integralmente as condições estipuladas no Termo de Concessão de Uso. **Art. 3º** Constituem obrigações essenciais das entidades concessionárias:

- I – elaborar e submeter à aprovação do Município os projetos arquitetônicos e complementares necessários à revitalização da Praça Venâncio Neiva e à instalação do café e restaurante escola;
- II – obter, às suas expensas, todas as licenças, alvarás e autorizações exigidas para as obras e operação do empreendimento;
- III – arcar integralmente com os custos de construção, instalação, manutenção, conservação e operação da área concedida e das edificações;
- IV – assegurar que a operação do café e restaurante escola tenha como finalidade precípua a capacitação profissional de jovens e adultos, promovendo a inclusão social e ofertando



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

serviços de alimentação à população;

V – preservar a área concedida em perfeito estado de conservação, higiene e segurança, integrando-a de forma harmoniosa ao espaço público da praça;

VI – permitir o acesso da fiscalização municipal e cumprir suas determinações;

VII – não transferir, sublocar ou ceder a terceiros o direito de uso da área concedida, salvo autorização expressa do Município.

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá rescindir a concessão, a qualquer tempo, nos casos de:

I – descumprimento das obrigações assumidas pelas concessionárias;

II – alteração da finalidade ou uso diverso da área concedida;

III – transferência não autorizada da concessão;

IV – necessidade de retomada para atendimento de interesse público superveniente;

V – caso fortuito ou força maior que inviabilize a continuidade da concessão.

**Art. 5º** Ao término da concessão, todas as benfeitorias úteis ou necessárias incorporam-se ao patrimônio municipal, sem qualquer direito à indenização, ressalvadas as hipóteses previstas no Termo de Concessão.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 07 DE OUTUBRO DE 2025.**

  
**VALDIR JOSÉ DOWSLEY**  
Presidente